

MENSAGEM AOS JUÍZES DO TRABALHO (*)

Somente a amizade brotada de comuns raízes pampeiras justifica as palavras do eminente Presidente desta Casa, Ministro Prates de Macedo, ao ensejo de meu desligamento da Justiça do Trabalho, por força de dispositivo constitucional.

Realmente, oriundos ambos de glorioso Estado do Rio Grande do Sul, embora de rincões diversos, concluído o curso secundário, viemos a nos encontrar na capital do meu Estado, na "mui leal e valorosa" Porto Alegre, onde concluímos o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na tradicional Faculdade de Direito.

Já formados e já magistrados, eu na Justiça do Trabalho e Prates de Macedo na Justiça Comum, encontrávamo-nos seguidas vezes na travessia do nosso querido Guaíba, em busca do exercício das nobilitantes funções que nos foram acometidas.

Quis o destino que voltássemos a nos encontrar em Brasília, quando de minha posse neste Tribunal, tendo Prates de Macedo, então Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, me dirigido, naquela oportunidade, emocionante saudação. São momentos que jamais serão esquecidos.

Posteriormente ingressando no Tribunal, continuamos a convivência amiga e fraterna, o que nos levou juntos a eventos vários, inclusive ao exterior, juntamente com nossos familiares.

Vivemos juntos as amarguras da vida de magistrado e comemoramos igualmente as vitórias e alegrias.

Somente isto, repito, poderia justificar as amáveis palavras do Ministro Prates, a coroar e repetir a alegria que invade a minha alma, em ver-me saudado ao final de minha jornada na Justiça do Trabalho, exatamente por quem me saudou no ingresso nesta Casa.

Agradeço do fundo do coração as palavras do amigo e colega Prates de Macedo, que levarei para o que me resta da vida, na certeza de sua sinceridade.

Meus colegas Ministros da Corte. Deixo o Tribunal com a satisfação íntima do dever cumprido e com a saudade antecipada dos dias felizes que aqui vivi em companhia de todos os eminentes Ministros da Casa. Recordo

(*) Discurso proferido pelo Ministro Barata Silva, por ocasião do seu afastamento da magistratura trabalhista, em homenagem do TST, dia 3.8.90.

a convivência fraterna que sempre nos uniu e que, com a graça de Deus, continuará a vicejar.

Misturam-se neste instante, a alegria de uma homenagem e o desconforto de uma despedida, pois a inatividade chegou e "ipso facto", chegou ao fim a *minha vida de magistrado*.

É o "Contraste", de que falou o poeta Antonio Tomaz e que meu saudoso pai me ensinava a declamar em minha meninice:

"CONTRASTE

Quando partimos, no vigor dos anos,
Da vida pela estrada florescente,
As Esperanças vão conosco à frente
E vão ficando atrás os Desenganos.

Rindo e cantando, céleres e ufanos,
Vamos marchando descuidosamente...
Eis que chega a velhice de repente,
Desfazendo ilusões, matando enganos.

Então nós enxergamos claramente,
Quanto a existência é rápida e falaz
E vemos que sucede exatamente.

O contrário dos tempos de rapaz:
— Os Desenganos vão conosco à frente
E as Esperanças vão ficando atrás!"

Não me posso furtar, pois, de um impulso sentimental, remontando ao passado, ao começo, para evocar a modesta Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo nos idos de 1945, onde iniciei a minha magistratura e da qual guardo recordações que jamais poderei esquecer.

Ali assumia eu a Presidência da Junta e iniciava a minha carreira de magistrado. Falar de quem me nomeou, dos funcionários, das autoridades locais, dos advogados, da família, de outros juizes seria fastidioso neste instante. Jamais esquecerei, porém, a imperturbável harmonia daquela convivência, o que se apresenta um exemplo em conselhos sábios, em incentivo bondoso, as afáveis relações de família e as amizades leais e seguras que tive a ventura de solidificar.

Era a realização dos sonhos acadêmicos, a concretização da viva e radiosa esperança de quando estudava, de poder um dia, conquistando o diploma de bacharel, participar da vida jurídica do nosso Rio Grande do Sul, ser um

de seus juizes, e através de um caminho difícil e fecundo, envolver-me, também, na aura que o exalta para além de suas fronteiras, como guarda avançado em todos os quadrantes do País e da cultura. Assim, animado por este impulso da mocidade, nada mais fazia do que me entregar de corpo e alma arrebatados às causas da Justiça do Trabalho, tentando vencer os receios e incertezas de minha inexperiência. Entre contentamentos, alegrias, compensações e também decepções, procurei ser sempre digno da honrosa investidura, engrandecendo minhas funções, e na estrita observância da lei, esforçando-me o quanto pude para pôr nas decisões o respeito cristão, sem o qual não se estabelecem a harmonia, a paz social, emergentes do julgado.

Na carreira percorri diversas Juntas, São Jerônimo, São Leopoldo, Segunda de Porto Alegre, e afinal cheguei ao Tribunal, onde, em verdade, me realizei. Foi no Tribunal Regional do Trabalho onde pude dar tudo de mim para que a Justiça do Trabalho se fizesse grande, como deve ser, e sobretudo respeitada pela magna importância que tem no contexto social moderno.

Do Tribunal Regional do Trabalho, ainda hoje no meu coração, vim para o Tribunal Superior do Trabalho, onde por dezenove anos exerci a minha judicatura. Exerci todos os cargos que a carreira oferece, e, até ontem, julguei os meus processos com a mesma convicção e, sobretudo, com a mesma certeza de que estava me realizando como ser humano na distribuição da justiça.

Galguei todas as posições, o que me foi ensejo renovado de conviver com homens valorosos, que tanto concorreram com suas luzes para o aprimoramento da minha pobre ciência jurídica. Lembro aqui as memoráveis aulas do Eminentíssimo Professor e Ministro Eloi José da Rocha, que praticamente me iniciou no apego e no amor à Justiça do Trabalho, desenvolvendo em mim toda esta preocupação de procurar ser justo na distribuição da justiça, especialmente da justiça que visa os menos favorecidos da sorte. Foram suas aulas, indiscutivelmente, e sobretudo, o seu convívio, que levaram-me à magistratura e, sobretudo, ao empenho com que me dediquei à sua realização.

Por oportuno, relembro os primeiros juizes com quem convivi, Drs. Djalma de Castilho Maia, Jorge Surreaux, Dilermando Xavier Porto, e o convívio sempre rico com os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, os que se foram e os que aqui exercem a magistratura atualmente, que me brindaram com as suas mercês, que me proporcionaram ambiente e meios ao denodado esforço que imprimia em minhas atividades.

Poderia enumerar outros tantos, todos eles padrões de operosidade, dignidade, cavalheirismo e de cultura. Permitam-me dizer que muito me esfor-

cei nas diferentes incumbências que me foram deferidas, para ser útil à justa intenção nas prestações dos serviços sob minha responsabilidade.

Com os Ministros desta Casa muito aprendi, fiz amizades. Por vezes divergimos. Mas estas divergências não apagaram, como não poderiam apagar, a marca da convivência amena, e, sobretudo, da amizade sólida brotada exatamente do maior valor da realização humana que é o trabalho.

Estou confiante que desvesti a toga — que tanto amo — tão imaculada como a recebi, e em paz e humildemente agradecendo para os meus ancestrais, para a memória de meus pais, para a minha esposa e filhos, aos quais, rendo agora minha homenagem pelos seus sacrifícios e pela cooperação e compreensão que me dedicaram toda a vida, e a minha querida irmã Niobe a quem presto contas da ajuda e incentivo para iniciar-me nos estudos, possibilitando-me vencer o labor incessante do magistrado, não podendo deixar de reverenciar a Justiça do Trabalho como um todo, pelo seu esplendor e magnitude dentro do Poder Judiciário.

Antes de encerrar estas palavras, cumpro o dever indeclinável de prestar minhas homenagens a todos os brilhantes e preclaros colegas a cujos lados servi, dos quais fica profunda impressão da dignidade, tanto quanto da cultura, sabedoria e equilíbrio ao decidir, sendo que isto levarei para a vida privada como um tesouro da mais alta significação.

Cabe, ainda, por um dever, dever brotado do meu coração, o registro da dedicação e eficiência dos funcionários da Justiça do Trabalho, dos meus queridos servidores que, indistintamente, me deram exemplo de fidelidade à Instituição, e aos quais expresse meu respeito e a minha admiração, pondo-me à sua disposição, fora, já, dos quadros da Instituição, para o prosseguimento de uma amizade sólida e perene.

Dos advogados, recolhi um modelo de trabalho infatigável em prol do Direito, no que tem de essencial. O mesmo podendo dizer com os membros do Ministério Público do Trabalho, bravo no papel de fiscal da lei.

Integrar a Justiça do Trabalho, nas Juntas, no TRT e no TST, foi um momento culminante da minha caminhada, apesar da pouquidade da contribuição que pude oferecer. Guardo dos dias que servi a esta Justiça, a nítida visão dos pilares da sua grandeza, construída com a cultura, a integridade, e a dignidade de seus membros provados no diário que desafia as questões que lhes cabe decidir. Exercem eles, o poder que Rui assim define:

“Há um poder, ante o qual se põe à prova a legalidade dos outros. Este poder retraído, silencioso e invisível enquanto lhe não solicita a intervenção, é o Judiciário que empunha a balança da Justiça, não só entre cada cidadão, nas suas pendências particulares, mas

também entre cada cidadão e cada autoridade, de onde possa emanar para ele um ato imperativo. Todas as leis estão sujeitas a passar, quanto a sua validade, pela interpretação deste Poder. Considera-se, justamente, o Poder Jurisdicional como baluarte das nossas liberdades civis, o guarda da Constituição, o arbitrador dos limites da ação administrativa, o defensor da moralidade pública e o protetor supremo de nossa vida, propriedade, honra, dignidade e igualdade perante a lei."

Mais, ainda, cresce de importância o Judiciário Trabalhista que lida com os problemas sociais, como o salário, como o direito à vida e à sobrevivência.

Ao afastar-me da Justiça do Trabalho, poderia repetir Santo Agostinho, que afirmava haver maior alegria quando se conclui alguma coisa, do que quando se começa. Não me é dado fazê-lo, pois não é de alegria este momento, em que, concluído meu tempo, deixo a Justiça do Trabalho com a sensação de que perco a visão dos altos cumes que ela me proporcionou, além da amável convivência com a bondade e cavalheirismo que marcam meus eminentes colegas da magistratura.

Afastando-me, pois, da magistratura, levo a convicção de que aqueles que ficam e os Juizes que virão, serão cada vez menos aplicadores cegos da lei, mas poderão e, deverão opor-se-lhe quando injusta e açodada. Se a lei se recheia mais de jurisprudência, que a completa e esclarece, adaptando-a à vida, tanto mais solene e grave será a missão do magistrado.

A todos desejo grandes dias, pedindo à Divina Providência que os ilumine entre a névoa dos interesses mesquinhos e traiçoeiros e aquilo que é a essência da verdade, sabendo aplicar o "jus suum cuique tribuere".

E com estas palavras agradeço mais uma vez a homenagem que me foi prestada pelo Tribunal, e renovo agradecimentos especiais ao Senhor Presidente pelas palavras que me dirigiu.